

Proj. Lei nº 930/10

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

22 DEZ 2010

Protocolo 201/10

Processo 200/10



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 149 , DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 912, de 12 de julho de 2000”.

Senhores Deputados, este Projeto de Lei objetiva suprir a ausência de dispositivo na norma instituidora do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais quanto à definição das competências dos Representantes Fiscais, integrantes da estrutura deste Tribunal.

Tais alterações buscam primordialmente a melhoria na qualidade e na eficiência dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão supracitado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

JOÃO APARECIDO CAHULLA
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

21 DEZ. 2010

SERVIDOR (NOME legível)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Altera dispositivos da Lei nº 912, de 12 de julho de 2000.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º O *caput* do artigo 10 da Lei nº 912, de 12 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os Julgadores e Suplentes das Câmaras de Julgamento serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo os Auditores Fiscais de Tributos Estaduais escolhidos mediante indicação do Presidente do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais e aprovação pelo Secretário de Estado de Finanças.”

Art. 2º Ficam acrescentados os seguintes dispositivos à Lei nº 912, de 2000:

“Art. 8-A. Os Representantes Fiscais atuarão no interesse da Administração Tributária incumbindo-lhes, conforme dispuser o Regimento Interno do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais – TATE e a legislação pertinente:

- I – interpor o Recurso de Representação à Câmara de Julgamento de Segunda Instância do TATE;
- II – interpor o Recurso Revisional da decisão proferida em grau de recurso voluntário ou de ofício;
- III – interpor o Recurso Especial contra decisão exarada em grau de recurso voluntário ou de ofício, contrária à Fazenda Pública Estadual;
- IV – manifestar-se por escrito nos processos administrativos tributários;
- V – usar da palavra nas sessões do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais – TATE; e
- VI – requerer diligências e requisitar os documentos necessários à instrução processual.

.....

Art. 10-A. Os Representantes Fiscais serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo mediante indicação do Coordenador-Geral da Receita Estadual e aprovação pelo Secretário de Finanças do Estado, podendo ser reconduzidos.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

